

XVIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE



GESTÃO PARTICIPATIVA E CONCRETIZAÇÃO DE OUVIDORIA DE DIREITOS HUMANOS: DAS POSSIBILIDADES DE IMPLANTAÇÃO DE CANAIS PARTICIPATIVOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Henrique Nogueira Moura¹, Eduardo Pordeus Silva²

RESUMO

Aborda a viabilidade de implementação de Ouvidoria em Direitos Humanos (ODH) no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Sousa, Paraíba. Parte-se da premissa que ODH é significativo canal democrático no espaço universitário, enaltecendo a responsabilidade social da Universidade face às demandas de possíveis violações de Direitos Humanos (DHs). Houve o manuseio da metodologia da pesquisa exploratória e qualitativa. Analisou-se, pois, a possibilidade de implementação da ODH dada as suas características de finalidade, de organização e de inserção social, e tudo isso com base em suportes doutrinário, normativo e prático para subsidiar os dados concretos para os fins da investigação. Tais elementos analíticos podem favorecer debates, campanhas de mobilizações coletivas e de intervenções educacionais no âmbito regional da UFCG de Sousa. As universidades estão credenciadas, historicamente, nos processos de (re)democratização e influência ativa no contexto político-social de modo imprescindível à defesa, à promoção e à efetivação dos DHs. Nos problemas comunitários *lato sensu* são rotineiros os casos concretos e simbólicos de violações de DHs, identificados, sobretudo, nas atividades de pesquisa-extensão executadas. Portanto, é possível entrever que o CCJS apresenta motivos plausíveis para implementar redes de proteção de DHs, ampliando a capacidade integrativa dos sujeitos à participação e ao controle da administração pública; urge pensar e concretizar a ODH, ainda que como projeto piloto, de maneira a enaltecer as reivindicações sociais e da comunidade na busca de consolidar seus direitos mais básicos.

Palavras-chave: Ouvidoria de Direitos Humanos, responsabilidade social da Universidade, proteção dos direitos fundamentais.

¹ Graduando em Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, UFCG, Sousa, PB, e-mail: hicknogueira@hotmail.com

² Doutor em Ciência Sociais (UFRN), Unidade Acadêmica de Direito, UFCG, Sousa, PB, e-mail: edpordeus@gmail.com

PARTICIPATIVE MANAGEMENT AND CONCRETIZATION OF HUMAN RIGHTS OMBUDSMAN: THE POSSIBILITIES OF IMPLEMENTING PARTICIPATIVE CHANNELS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF CAMPINA GRANDE

ABSTRAC

It addresses the feasibility of implementing the Human Rights Ombudsman (HRO) within the scope of the Center for Legal and Social Sciences (CCJS) at the Federal University of Campina Grande (UFCG), *campus* Sousa, Paraíba. It starts from the premise that HRO is a significant democratic channel in the university space, extolling the University's social responsibility in the face of the demands of possible violations of Human Rights (HRs). The exploratory and qualitative research methodology was handled. Therefore, the possibility of implementing the HRO was analyzed given its characteristics of purpose, organization and social inclusion, and all this based on doctrinal, normative and practical support to support concrete data for the purposes of the investigation. Such analytical elements can favor debates, collective mobilization campaigns and educational interventions within the regional scope of UFCG de Sousa. Universities are historically accredited in the processes of democratization and active influence in the political-social context, essential to the defense, promotion and implementation of HRs. In *lato sensu* community problems, concrete and symbolic cases of human rights violations are routine, identified above all in the research-extension activities carried out. Therefore, it is possible to see that the CCJS has plausible reasons to implement HRs protection networks, expanding the integrative capacity of those subject to the participation and control of the public administration; it is urgent to think about and implement the HRO, albeit as a pilot project, in order to enhance social and community demands in the quest to consolidate their most basic rights.

Keywords: Human Rights Ombudsman, University social responsibility, protection of fundamental rights.